

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa). Aprovado.

Passemos ao item.

- “PL 608/2022, do Vereador PAULO FRANGE (PTB). Altera a redação do § 2º do art. 124 da Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, com a redação dada pela Lei nº 16.886, de 4 de maio de 2018, e dá outras providências. [Lei do Zoneamento do Município de São Paulo] FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA. Aprovação mediante voto nominal e favorável de 2/3 dos membros da Câmara.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Em discussão.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves.

Suspendo por um minuto.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Reabertos os trabalhos.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem oradora na tribuna, nobre Vereador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – É que o microfone estava desligado

e V.Exa. já resolveu que começa a discussão sem apregoar o item. É simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Eu já havia apregoadado, nobre Vereador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Não. V.Exa. abriu a sessão e interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem V.Exa. a palavra, nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Vereador Arselino, eu posso lhe conceder aparte posteriormente, se V.Exa. quiser?

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Derrubar esta sessão. Derrubar. Eu quero me inscrever em todos os projetos, hoje. Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – No momento oportuno, V.Exa. se inscreve.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Vereador Arselino, se V.Exa. quiser um aparte, tranquilo.

Eu vou ser sintética, vou ser breve.

Bom dia a todos os Srs. Vereadores, a todas as Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TV Câmara São Paulo.

Este projeto...

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Virou palhaçada.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - ...608 é um projeto que, primeiro, trata sobre a questão das marginais, mas eu queria começar do ponto que mais me preocupa em relação a este projeto. Este projeto trata de alterações urbanísticas muito importantes em uma parte da Marginal Pinheiros – na prática, uma extensão da Marginal Pinheiros – sentido Rio Jurubatuba, ali, depois, da Ponte Transamérica, sentido Avenida Guido Caloi. Só que esse perímetro pertence ao PIU Jurubatuba, que está *sub judice*. Então, primeiro ponto: este é um projeto com risco de cair na Justiça.

Nós votamos aqui, nesta Casa, o PIU Jurubatuba que trata exatamente dessa parte, dessa região, e que foi derrubado e que hoje está em disputa no Superior Tribunal de Justiça – STJ. Então, qual é a garantia que o que nós vamos votar hoje vai ter qualquer validade jurídica?

Mais uma vez, a Câmara não tem independência em relação à Prefeitura e vota um projeto que pode ser derrubado na Justiça, porque nós não temos a devida atenção.

Agora, sobre o conteúdo do projeto. Existe um ponto do projeto, que eu até estava conversando com os Vereadores da Base da Prefeitura, que não tem discordância, ou seja, em que todo mundo concorda. Refiro-me à necessidade de se estender grandes vias ali, na região Sul. Ali, desde a Marginal até o fundo, onde têm as represas, tem de ter vias largas. Isso é verdade. Eu morei no Reimberg, perto da Celso Garcia, no Grajaú. Muitos dos Srs. Vereadores são da zona Sul e conhecem aquela região: é uma cidade. Só a região de Capela do Socorro tem mais de um milhão de habitantes. É uma região muito grande, muito densa, muito populosa, muito vulnerável socialmente e economicamente e que tem pouquíssimas vias de saída. É um gargalo. Tem, ali, a Belmira, a Teotônio e é um trânsito gigantesco para conseguir passar por ali, tanto para quem está de carro, mas, principalmente, para quem usa o transporte público.

Então, é visível, é evidente que tem de aumentar e tem de alargar as possibilidades de escoamento de pessoas daquela região. E o projeto de aumentar a Marginal até a represa, desde a Av. Guido Caloi até a represa para desafogar é um projeto antigo. Na verdade, é uma

demanda muito antiga daquela região. Só que essa é uma medida, uma mudança urbanística que tem de vir junto com o plano global, com planejamento, para isso existe, por exemplo, o Plano Diretor Estratégico. O Plano Diretor Estratégico é o espaço privilegiado, preferencial e correto para tratar esse tema. Não é em um projeto de lei para tentar substituir um PIU, que já é um arremedo de Plano Diretor Estratégico e que, inclusive, está sub Júdice. Então, qual garantia vamos ter, inclusive, de fazer extensão da Marginal Pinheiros? É um projeto muito complicado.

Há um ponto mais, muito grave, que quero chamar a atenção dos senhores, porque esse projeto não trata apenas da questão das vias, do viário, trata também de mudanças na habitação, no regime de zoneamento. Coloca a possibilidade de, nessa faixa de extensão da Marginal Pinheiros até a Ponte do Goulart, fazer uma série de obras sem limite de gabarito. Ou seja, não haverá limite de altura para os prédios, num momento em que estamos em uma discussão profunda, na cidade de São Paulo, sobre habitação popular, sobre Habitação de Interesse Social.

Se estivéssemos tratando esse projeto, Srs. Vereadores, dentro do Plano Diretor Estratégico, poderíamos colocar, por exemplo, no eixo de extensão da Marginal Pinheiros, podemos reservar aquela área que está próxima não para construção de prédios sem limite de altura para especulação imobiliária, mas construção de HIS, por exemplo. O Prefeito Ricardo Nunes adora dizer que vai ser a Prefeitura da habitação, das casas, mas porque então está votando esse projeto que não é para Habitação de Interesse Social, sendo uma grande oportunidade de fazer isso.

Há todo esse discurso da Prefeitura de que se alargar a Marginal se cria um eixo de valorização imobiliária. O que é um eixo de valorização imobiliária? É fazer uma obra pública, com dinheiro público, para valorizar uma região e permitir que a iniciativa privada tenha mais lucro ao vender unidades habitacionais. Mas onde está o interesse da habitação social? Onde está o interesse da população de São Paulo que ganha um salário mínimo, dois salários mínimos e jamais terá a possibilidade de comprar um imóvel naquela região da maneira como está sendo feito aqui. É uma possibilidade de criarmos uma nova área bem servida do ponto de vista viário,

porque será próximo de uma grande via que será inaugurada, mas será só para quem pode pagar muito caro.

Então, temos de entender qual é o real interesse desse projeto. Foi dito aqui de início que seria para conseguir aumentar o escoamento da zona Sul sentido Marginal Pinheiros, mas acho que não é esse o interesse. Primeiro, porque se fosse esse o interesse, esse projeto estaria vindo no escopo ou do PIU Jurubatuba, ou do Plano Diretor Estratégico. Não está vindo no escopo do PIU Jurubatuba, o que daria mais solidez jurídica, porque é um PIU que está sub Júdice. Então, que se espere a resolução na Justiça para conseguirmos dar andamento a esse projeto. Ou então, que se aguarde março, daqui a poucos meses, que vamos ter o Plano Diretor, audiência pública, participação popular, as populações, por exemplo, dos movimentos de moradia podendo decidir.

Votamos este ano um projeto ousado e que teve uma votação completamente consensual, e a Bancada do PSOL lutou muito para que fosse votado, o Programa Pode Entrar. E há hoje, na peça orçamentária, 2 bilhões previstos para o Programa Pode Entrar. Por que o Programa Pode Entrar não está dentro do escopo desse projeto? Poderíamos fazer uma coisa casada, se vai ampliar a Marginal Pinheiros até o fundão da zona Sul, por que não podemos pensar que as moradias que estarão nesse local não vão ser moradias sem limite de altura para a especulação imobiliária, mas sim moradias para o Programa Pode Entrar, por exemplo?

Podemos fazer isso, se estivéssemos votando esse projeto, discutindo com mais calma, mais democracia, mais participação de movimentos sociais, poderíamos estar fazendo desse projeto um ganho para toda a população da cidade de São Paulo, em especial para a população do fundão da zona Sul, que óbvio, tem de ter moradia, porque moradia é direito. Mas infelizmente, um projeto que seria uma chance de darmos um ganho real para a população daquela região está virando um projeto que nos cheira ganho privado. Por que a pressa? Por que a urgência? Por que tem de votar este ano? Pode ser definido em março com muito mais qualidade, no meio do Plano Diretor Estratégico.

Então, obviamente, a Bancada do PSOL gostaria de pedir a sensibilidade para os

colegas Vereadores da reflexão, para haver um diálogo muito honesto com o Governo, com a presidência da Câmara, para ter um projeto de melhoria para a população que precisa de casa, precisa conseguir circular na Cidade, em especial, na zona Sul de São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara e pelas redes, bom dia.

É lamentável que, mais uma vez, eu subo à tribuna da Câmara Municipal para falar de mais um projeto do atropelo que o Executivo encaminha para esta Casa, que parece um puxadinho, é o cartório do Edifício Matarazzo. Tudo o que vem para cá, sem discussão, no atropelo.

E este projeto que vamos discutir agora é fadado a ser derrubado depois na Justiça. Eu lembro a todas as senhoras e aos senhores que, recentemente, discutimos o projeto das cozinhas industriais, que foi votado nesta Casa, que o Executivo encaminhou para a Câmara Municipal, porque nós somos o cartório do Executivo. Acontece que enfiaram uma emenda no projeto, que falava dos ruídos da cidade de São Paulo, de 85 decibéis e, depois, para 75 decibéis; mas era um projeto que não tinha nenhuma pertinência temática com o objeto original do projeto, nada, absolutamente nada.

Discutimos, infelizmente o projeto foi aprovado. Nós votamos contra, fizemos todas as denúncias contra o projeto, que não tinha nada, era prejudicial em todos os aspectos para a população: meio ambiente, saúde pública para as pessoas que moram próxima a eventos, grandes shows, onde há aglomerações. Mas foi aprovado nesta Casa.

Nós falamos na tribuna que nós derrubaríamos o projeto no Judiciário. E assim o fizemos. Nós derrubamos, entramos com ação popular no Tribunal de Justiça e conseguimos

derrubar essa emenda, esse jabuti que foi colocado.

Felizmente, o nosso Judiciário tem sido atuante, não permitindo que esses jabutis sejam colocados no texto, porque senão vira uma festa, uma farra do boi, a boiada do Sales passa aqui também, que ele começou no Governo Federal; mas, graças a Deus, esse governo está acabando, estamos contando os dias para o fim desse péssimo governo, horrível, criminoso, genocida. No entanto, na Câmara Municipal, está havendo essa prática dos jabutis. Felizmente, o Judiciário tomou a posição e tirou essa possibilidade.

Espero que isso não se repita porque, cada vez que nós votamos projetos nesse sentido, sem discussão, no atropelo, não temos ao certo consciência do que está sendo proposto no projeto. Este projeto é uma burla ao PIU Jurubatuba, que foi já judicializado no STJ. A Prefeitura está recorrendo, depois vai para o STF. A Prefeitura está esperneando, ela quer de qualquer maneira esse PIU Jurubatuba. Alguém vai ganhar muito dinheiro, certamente não será a população.

E essa intenção da Marginal atender a região Sul, eu sou morador nascido no Jardim Primavera, onde vivi por muitos anos e vi aquele trânsito, pessoas perdendo horas de suas vidas por não conseguirem transpor a ponte do Jardim Primavera, que vai para a Cidade Dutra, para acessar a Marginal. O escoamento é horrível, que vem da Av. Dona Belmira Marin. Desde criança, desde menino, vimos esse sufoco; e, até hoje, esse calvário, esse martírio continua das pessoas que moram na zona Sul de São Paulo.

Então somos, sim, favoráveis à melhoria do transporte público naquela região – duplicação; levar o trem para o extremo sul da cidade de São Paulo, e extremo sul mesmo, onde as pessoas não têm acesso; duplicar a Marginal, para que as pessoas possam acessar; e que possamos ter ali corredores de ônibus, para que o transporte público seja prioridade naquele espaço, não os carros, mas o transporte público. Lutamos por isso. E não podemos abrir mão de lutar por isso; e, com isso, aprovar um projeto que permite...

Primeiro que o projeto não delimita o que é a Orla Jurubatuba, pode ser qualquer coisa – começa ali no Transamérica, no entroncamento da João Dias, que, me parece, vai até a

Ponte Vitorino Goulart, lá perto onde é a antiga Villares, perto da Avon, no extremo sul. Agora, podemos perder ali as comunidades e as moradias de interesse social, [como] a Favela da Paz, Comunidade da Paz, perto da ponte do Jurubatuba. Nós não sabemos, o projeto não especifica, e está sendo votado no atropelo. É um cheque em branco que vai mudar o zoneamento da região. E vamos assinar esse cheque em branco, permitindo que sejam feitas construções sem limites – quatro vezes o limite de construção na região, que vamos mudar.

Aí eu pergunto: por que não esperamos a decisão do STJ para o PIU Jurubatuba, para que façamos essa discussão com calma, abrindo para audiências públicas? Inclusive, audiência pública lá na região; que a Câmara se desloque até a região e envolva aquelas pessoas que moram ali, que precisam do transporte, que precisam de habitação social, que as pessoas têm aquele espaço muito importante.

Então é mais aconselhável, é mais honesto da parte da Prefeitura, que se faça esse debate; não atropelando, não colocando esse projeto para ser votado assim na Câmara Municipal. E parece que o Prefeito Ricardo Nunes não aprendeu ainda a lição, porque, ao colocar um projeto como esse desta forma, um projeto do Executivo, sem discussão, permitindo cheque em branco para a Administração... Já tivemos casos aqui na Câmara Municipal de cheque em branco, gente, em que o Executivo encaminhou o projeto para a Câmara Municipal vendendo 40 imóveis na cidade de São Paulo. E, dentre esses imóveis, dentro dessa relação de imóveis, e como era um cheque em branco, tínhamos a venda de escolas públicas.

A Prefeitura quis vender a EMEI Gabriel Prestes, a EMEI Maria Antonieta D'Alkimin [Basto], a Escola de Saúde, criada pela nossa melhor Prefeita da cidade, a Sra. Luiza Erundina, que inaugurou essa escola com ninguém menos que Paulo Freire. A Prefeitura quis vender com esse cheque em branco que foi passado por esta Câmara Municipal, e nós tivemos que fazer um movimento muito grande para reverter essa brutalidade, esse crime que estava sendo feito naquela época – no ano de 2019. E agora parece que o Executivo não aprende com a lição.

A minha pergunta é: por que não esperar? Por que não discutir esse projeto depois que seja decidida a questão do PIU Jurubatuba, que está judicializada porque não tem estudo

de impacto ambiental na região? Vamos mudar o zoneamento ali? Tem a revisão do plano diretor, que vai ser votada ainda no ano que vem. Então não tem sentido algum as Sras. e os Srs. Vereadores discutirem um projeto cego, um cheque em branco, porque não temos... muitos conceitos aqui.

Eu vejo o constrangimento de muitos Srs. Vereadores. Conversamos, e muitos estão constrangidos, inclusive, alguns da Base do Governo, em votar um projeto tão ruim como esse. E ruim para quem? Para a população, para a cidade, porque não dialoga com as necessidades da cidade, não dialoga com a necessidade das pessoas que moram no extremo sul da cidade de São Paulo. Repito: lá, a demanda por habitação de interesse social é gigantesca. Existem as comunidades, como eu disse, da Paz, lá para baixo no Jardim Primavera, temos no Colonial, temos muitas comunidades que precisam de melhorias. A Prefeitura de São Paulo tem condições de fazer isso. Nós temos, hoje, 34 bilhões de reais no caixa. E não há nenhum movimento da Prefeitura em atender essa demanda daquela parcela da população do extremo Sul da cidade de São Paulo que precisa de muita melhoria.

E a Prefeitura vive isso, inclusive, vamos ter a oportunidade de discutir um pouco mais a frente, mas o editorial do Estadão, no dia de ontem – Estadão, gente, que é um jornal de direita, conservador, criticando largamente a administração do Prefeito Ricardo Nunes que mostra que a cidade está largada, abandonada. “Onde está a Prefeitura?”, diz o editorial do Estadão.

A Prefeitura com 34 bilhões de reais no caixa não consegue dar vazão às políticas públicas, não consegue atender as pessoas que precisam de moradia popular, precisam de transporte, não tem investimento em corredor. Cadê os corredores para a zona Sul da cidade de São Paulo? Cadê a duplicação da Ponte do Jardim Primavera para que os moradores que moram no Grajaú possam acessar a Frutuoso Barbosa, e, depois, atravessar e irem para a Cidade Dutra. Cadê o investimento ali, Sr. Prefeito? Um Prefeito que é daquela região inclusive.

Recursos a cidade tem. É a cidade mais rica da América Latina, o terceiro ou quarto orçamento do país. Então, de recursos não podemos reclamar, pois a cidade de São Paulo tem

muitos recursos. Agora, é preciso aplicar esse dinheiro e investir nas necessidades da população, Vereador Paulo Frange. A Prefeitura não pode ficar sendo um cofrinho, sendo um banco, parece um banco. Virou um banco a Prefeitura de São Paulo, enquanto a população carece de várias políticas públicas.

Então, não dá para aceitarmos que esse projeto seja votado assim no atropelo – esta é a verdade: é um atropelo o que está sendo feito aqui. Nós estamos terminando o ano legislativo de 2022 com um atropelo, com mais um golpe na Câmara Municipal. É um jabuti bem grande esse, porque muitas pessoas, alguns empresários e a especulação imobiliária pode ganhar, pode não! Vai ganhar muito dinheiro às custas de um discurso da mobilidade das pessoas da zona Sul. Então, não podemos concordar com isso.

Eu me coloco muito contrário ao projeto que não tem discussão, não dialoga com as necessidades da cidade de São Paulo e não é nada democrático porque a redação do projeto é dúbia e dá margem a que isso possa ser qualquer coisa. Essa delimitação dos parâmetros do PIU Jurubatuba pode ser qualquer coisa. Essa orla do PIU Jurubatuba pode ser ampliada, pode ser qualquer coisa, porque não está delimitada no projeto.

O projeto carece de um debate técnico mais apropriado. Que chamemos aqui os técnicos da Prefeitura para que discutam com os Vereadores e as Vereadoras, que se façam audiências públicas na Câmara Municipal. Aí, sim, depois de tudo isso feito, depois de resolvida a questão do PIU Jurubatuba, a questão judicial, podemos vir aqui e discutir com mais clareza para que a população saiba o que está sendo feito com o seu recurso, com os seus interesses e com as políticas públicas.

Obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Bom dia.

Esse projeto é o PL 608. Já era um projeto muito complicado porque trata da extensão do prazo da regularização das *darks kitchens*, que nós votamos recentemente, um projeto bastante polêmico em que a população participou bastante, inclusive, questionando essas *darks kitchens*, o funcionamento, a localização, e, na verdade, esse projeto vem para estender o prazo dessa adaptação das *darks kitchens*.

O projeto em si, sem a questão da Marginal Pinheiros, já era bastante complicado. Mas qual o problema? Entrou um novo tema no projeto, o chamado jabuti, que entra sempre de última hora. E esse tema que entrou, que é a questão da Marginal Pinheiros, do perímetro do que é o PIU Jurubatuba, será mais complicado ainda. Por quê?

O perímetro tratado no projeto é o chamado PIU Jurubatuba, que é onde se pretende fazer várias mudanças urbanísticas num determinado perímetro, na verdade, um perímetro bastante extenso, que são os Arcos do Jurubatuba, e esse projeto era para ser debatido nesta Casa de forma global. Mudanças urbanísticas que têm de ser feitas de forma global, pensando prioritariamente nas demandas daquela população, que é extensa, numa região muito populosa, inclusive com uma demanda de habitação de interesse social gigantesca, com várias ocupações, que já participaram inclusive de audiências públicas na Câmara; ocupações com perigo de reintegração de posse e que querem ser incluídas nas demandas de habitação de interesse social do PIU Jurubatuba.

E por que não se está debatendo o PIU Jurubatuba e está se debatendo aqui um arremedo disso? Porque o PIU Jurubatuba está judicializado. E como ele está judicializado, está vindo um projeto para remendar, para colocar um retalho para algo que é de grande interesse, não da população, e eu vou mostrar que não é o interesse da maioria da população que está nesse projeto. Por quê? O argumento para que esse projeto não espere o PIU Jurubatuba e não espere a revisão do Plano Diretor Estratégico é desafogar o trânsito, o transporte.

Todo mundo sabe que aquela região é afogada. Eu já trabalhei no Capão Redondo,

por exemplo, pegava essa Marginal todos os dias e realmente existe um gargalo ali. Isso é inegável. A questão é que não é um projeto que está simplesmente fazendo intervenções urbanísticas para desafogar o trânsito. Não é disso que se trata. O que está em jogo é a liberação do potencial construtivo às margens da Marginal Pinheiros, numa região de proteção ambiental. É isso que está em discussão. Esse é o centro do problema.

O centro do problema é que hoje, mesmo na proposta do PIU Jurubatuba, esse potencial construtivo que era de 1,5 a 2,5, nesse projeto vai aumentar para quatro, ou seja, sem limite de construção. Terá na Marginal Pinheiros verdadeiros arranha-céus, em áreas de proteção ambiental. É disso que se trata esse projeto.

E isso é para satisfazer os interesses da maioria da população? É para satisfazer os interesses da população que precisa de uma habitação de interesse social? Com certeza, não, porque as HISs não vão ser arranha-céus nas margens do Rio Pinheiros.

O que está em interesse aqui é especulação imobiliária, especulação imobiliária em área de proteção ambiental. Nós queremos sim debater o que fazer para desafogar o trânsito, o que fazer para que a população da zona Sul pare de sofrer horas no trânsito, o que fazer para ter mais transporte de massa naquela região, mas nós não podemos com esse argumento liberar geral para potencial construtivo, sem limite de construção, para verdadeiros arranha-céus numa região de proteção ambiental.

Por isso nós, da Bancada do PSOL, votaremos contra.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange- PTB) – Vou suspender por um minuto a sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre

Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha quero falar sobre esse projeto que chegou a Casa que é um projeto que chegou com o nome de abertura de Nova Marginal, porque margeia a área do Rio Pinheiros, uma área que eu conheço bem até porque moro lá, e, a zona Sul, essa parte onde moramos é um lugar que, na verdade, é uma ilha. Nós temos três entradas para chegarmos ao Grajaú e na região de fundo da periferia onde moramos, aliás, vai até a Balsa Bororé, ou seja, quando eu digo que nós somos uma ilha é porque estamos ilhados mesmo. Nós moramos do lado em que se encontra o Rio Pinheiros e, do outro lado, em que existe a Represa Billings onde tem uma balsa. Nós temos, realmente, problemas – como a cidade inteira, trânsito e gargalos de trânsito na região.

O sonho de muitos moradores – é um sonho antigo; nós tínhamos, no passado, duas pontes que faziam essa ligação que eram a da Avon localizada na Avenida Interlagos e a Ponte do Socorro; depois, veio a Ponte Vitorino Goulart como a terceira ponte. Todos nós sonhávamos que, a partir dali, iríamos resolver o problema de trânsito da região. Na verdade, não se resolveu. Nós continuamos com problemas.

Nós tínhamos a Avenida D. Belmira Marin em que, no governo Fernando Haddad, foi feita uma ampliação de faixas. E que, num certo momento, até que melhorou. Hoje já não está como no começo; também já saturada.

Alternativas da região: a construção da Ponte do Gaivotas que liga a Ponte Vitorino Goulart ao bairro do Gaivotas, Cocaia, que também está na Represa Billings, no fundo, e me parece que o Prefeito vai optar pela construção da chamada Balsa que vai partir do Jardim Gaivotas até as proximidades da Ponte Vitorino Goulart e um terminal de ônibus na localização para que possa facilitar o transporte de passageiros daquela região.

Veio essa proposta dessa alça ou a Nova Marginal, como é chamada aqui, parece que em um perímetro de 8 quilômetros.

Quais as polêmicas? Duas polêmicas de início: a primeira polêmica é de se saber -

que está o mapa – o perímetro. O que eu estou vendo no mapa é que se dar exatamente essa Nova Marginal. Isso foi esclarecido. O Vereador Paulo Frange eu quero aqui parabenizar pelos esclarecimentos que S.Exa. nos fez, porque contribuiu muito para que entendêssemos como é eu ficava isso.

A outra polêmica é da parte de zoneamento, porque, como moramos numa área de manancial, e o projeto prevê um aumento de potencial construtivo, é natural que tivéssemos dúvidas e tivéssemos problemas aqui.

Já estou nesta Casa há alguns anos, e nós votamos o Plano Diretor, sobre o qual tivemos muitas polêmicas exatamente pelo debate do aumento do potencial construtivo. Foi a partir daí que foram criadas várias ZEIS. Novas ZEIS, ZEPAM, quem conhece isso é o Vereador Paulo Frange que manja muito bem dessas siglas. Mas me lembro que um dos debates principais foi exatamente das ZEPAMs, principalmente, para a nossa região que é zona especial de proteção ambiental.

Na verdade, o que é que acontece: quem conhece a região sabe. A região cresceu, a população aumentou, têm áreas que estão em ZEPAMs, e a população não recebe os benefícios que deveriam receber. Não se pode asfaltar, não se pode legalizar o imóvel, não se pode uma série de benefícios que eles não recebem.

O grande sonho dessa população é exatamente ter o seu imóvel regularizado, é receber uma rua asfaltada, é ter uma UBS, é ter uma escola, coisas que são travadas.

No Plano Diretor, conseguimos mudar algumas coisas. Eu me lembro inclusive de coisas que foram mudadas no eixo da Avenida Teotônio Vilela até Parelheiros e hoje se estabeleceram vários comércios locais. Isso é polêmico mesmo. Todo mundo fala: “vai aumentar o potencial construtivo, especulação imobiliária”. Eu sou a favor – já disse várias vezes.

Tem perto desse eixo da Nova Marginal, por exemplo, o bairro de Socorro. Quando eu cheguei a São Paulo, foi em Socorro que consegui o meu primeiro emprego e ele era um bairro totalmente industrial, quase que industrial. As fábricas foram embora e os galpões estão lá, vazios. E ali dá para fazer projetos de construção de moradia popular, porque é um bairro que

já está estruturado.

Tem áreas nas proximidades da Avenida Guarapiranga, que é uma avenida importante que liga a região de M'Boi e o fundo de lá. E tem transporte coletivo de ônibus e trens, agora, com a rede da CPTM que se expandiu e o metrô de Santo Amaro. Tem essa condição, inclusive no bairro de Socorro, e que no Plano Diretor dá para se discutir sobre mudança de zoneamento, tirar do zoneamento industrial para outro permitindo a construção de moradia popular.

Conversando com o Presidente Milton Leite, S.Exa. está dizendo que não existe mais o artigo que previa a mudança do zoneamento para permitir potencial construtivo. Não existe mais. Agora é apenas a Marginal.

É um projeto que para quem entende a Marginal, inclusive eu, como morador e conhecedor da região, sabendo a necessidade que há na região, não vejo problema em votar favorável. Eu sei o quanto custa e a importância do benefício que vai acontecer nessa Nova Marginal.

O texto ainda não chegou. Nós temos de conferir se no texto está exatamente o que está dizendo o Presidente, para saber se é só a Marginal e não está mais a mudança do zoneamento que aumenta o potencial construtivo.

Concedo aparte ao nobre Vereador Paulo Frange.

O Sr. Paulo Frange (PTB) – Obrigado, Vereador Alfredinho.

Primeiro, é preciso deixar bem claro que com ou sem essas mudanças, a partir do momento que a Marginal estiver sendo executada, os veículos leves sobre trilhos ou os veículos suspensos ou os terminais de ônibus, metrô, trem, tudo isso ativa naturalmente todos os eixos. E nós não podemos aqui ser contra a construção civil e nem de fazer edificações mais altas e mais robustas, porque, na verdade, ninguém tem empregabilidade maior na cidade do que a construção civil. Nós não podemos tratar a construção civil com raiva. A construção civil tem a maior empregabilidade e ela mantém toda essa massa de trabalho na cidade de São Paulo que

não pode ser subestimada.

Com relação ao processo da Marginal, à medida que for ativando os eixos, esses gabaritos mais altos, ou seja, aqueles eixos que não têm limite de gabarito, o caso da zona de eixo, ou a proximidade de um raio de 400 metros de metrô ou desses terminais, naturalmente até tocar terreno de 600 metros vai verticalizar.

Mas a minha preocupação maior é com um artigo que trata da regularização das indústrias na cidade de São Paulo. É preciso deixar muito claro, inclusive há pouco a Vereadora Silvia fez um comentário com relação a esse artigo, mas em nenhuma hipótese há chance de alguma *dark kitchen* fazer uso da lei. Não há, porque o texto é muito claro e só poderão fazer uso da prorrogação do prazo até 31 de março do ano que vem as indústrias instaladas até 31 de julho de 2014, quando a figura da *dark kitchen* ainda não existia na cidade de São Paulo nem no mundo.

Portanto, não há chance. Eu gostaria de repetir porque já recebemos algumas informações, durante esta semana, que a imprensa queria saber se isso tinha alguma coisa a ver com *dark kitchen* – em hipótese nenhuma. Geralmente são indústrias muito grandes que perderam o prazo da sua regularização e nós estamos apenas esticando para o final do ano que vem, 31 de dezembro de 2023, porque no ano que vem, o projeto do Plano Diretor chegando aqui, nós vamos dar publicidade, de novo, a essa oportunidade que as indústrias têm de se regularizar na cidade de São Paulo, inclusive nessa região, mas na cidade de São Paulo, principalmente no extremo Leste e nas regiões mais próximas às Marginais.

Obrigado, Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Eu queria saber do Vereador Senival Moura – Donato é o próximo -, eu já falei os dez minutos, o nosso acordo acho que era... não sei como é a divisão de tempo, mas, enfim, é isso que eu tinha a dizer e agora passo para o Vereador Donato, que vai continuar a usar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que nos acompanham pelas redes sociais da Câmara Municipal de São Paulo.

O projeto inicial era um projeto no mínimo polêmico, eu acreditava até que era um projeto mal escrito e que não ia prosperar fora da Casa, até porque qualquer embate judicial o derrubaria porque ele era francamente contraditório no seu interior, entre seus artigos.

Mas vamos à questão principal do projeto: é a necessidade de uma nova Marginal do lado direito, entre a Ponte João Dias e a Ponte Vitorino Goulart. Quem é da zona Sul, como nós, sabe da importância desse viário que já se discute há dezenas de anos. Ele estava incluído no debate da Operação do PIU Jurubatuba. Como o PIU Jurubatuba está suspenso na Justiça, vimos chegar aqui esse projeto que, apesar de falar da mudança da ZEPAM para construir a Marginal Pinheiros, mexia no coeficiente de potencial construtivo naquela área, utilizando de uma classificação que não caberia ali. Ali é uma Macrozona de Estruturação Metropolitana em que não cabem os parâmetros de estruturação da ZEU ou da ZEUP, que vão até quatro vezes o potencial construtivo do imóvel. Não caberia ali, então tem uma contradição real, porque não se sustentaria na Justiça.

Bom, o debate foi interrompido e se apresentou agora uma nova redação que melhora esse aspecto, que elimina a questão do potencial 4 e isso, enfim, dá mais conforto para seguirmos no debate. Estamos analisando o texto com cuidado; é uma legislação urbanística, temos de ter todo cuidado para analisar. É evidente que nós temos disposição de permitir que se avance no debate sobre a Marginal, ainda que conheçamos esse Governo e saiba que do papel para a prática é muito difícil as coisas acontecerem.

Nós já temos dois anos e pouca coisa acontece na Cidade. Temos a Cidade sem nenhuma obra importante, com muito dinheiro em caixa. Nós vamos discutir o Orçamento mais tarde e sabemos de um saldo de mais de 20 bilhões de reais de superávit, mais de 30 bilhões

em caixa, e nada acontece, nenhuma obra importante. O que temos são emergências de um nível que nunca houve. Tem 1,6 bilhão em obras de emergência na Cidade. A média histórica era de 100, 200 milhões. Então, para se ter uma ideia, que se vai por um atalho pela absoluta incapacidade de planejar e de executar.

Mas não seremos nós o obstáculo aqui no sentido de permitir que tenhamos a mudança da ZEPAM, que o licenciamento ambiental seja feito na própria Prefeitura e que possamos ter esse projeto, desde que não implique no aumento de potencial construtivo e na mudança de gabarito que estava no projeto original que veio para esta Casa.

Nesse sentido, estamos dispostos a conversar, a melhorar a redação, temos observações na melhoria da redação, mas a nossa divergência de fundo está superada em relação a esse substitutivo. É um bom avanço.

Vamos trabalhar para melhorar o projeto, para continuar o debate. Vamos apresentar uma emenda sobre a redação, de forma que fique mais clara, porque é um projeto muito confuso, com conceitos não muito claros. O que é orla do Jurubatuba? Até onde vai? Qual a sua extensão? Precisamos discutir e sermos precisos, porque lá na frente esses conceitos geram problemas.

Estamos hoje aqui para debater e aprimorar, mas sentimos que o debate já feito avançou, esperamos avançar ainda mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, estamos debatendo o PL 608/2022, que versa sobre o prolongamento da Marginal Pinheiros, que presumo ser muito importante. Tudo o que é importante também traz algo muito polêmico.

O referido projeto foi tema de discussão nesta Casa, pela manhã, tratando-se de

mudanças de potencial construtivo, de zoneamento, razão pela qual gerou uma certa discussão. Por essa razão, pelos vários questionamentos apontados, foi suprimido o artigo 1º que, desta forma, por ora, exclui os benefícios que seriam ofertados nesse artigo do PL 608/2022, que é de autoria do Vereador Paulo Frange, com um substitutivo do Executivo.

Como, de certa forma, isso foi sanado, por ora, a polêmica maior está suprimida neste momento do debate.

Falando sobre isso, eu não moro na região Sul da cidade de São Paulo, em que pese ser Sul, mas é mais afastada do Centro. Eu moro na região Leste, muito afastada do Centro, mas que requer investimento em mobilidade urbana, especialmente em prolongamento e duplicação de vias.

Sendo assim, na região de São Miguel Paulista, há cerca de 15 anos, foi construído um trecho da Avenida Deputado Dr. José Aristodemo Pinotti, mas ficou outro pedaço imenso, eu diria, que seria muito importante para todo o desenvolvimento da zona Leste da cidade de São Paulo.

Isso está parado até o dia de hoje. Sequer o Executivo fez uma proposta para enviar à Câmara para discussão, para fazer investimento e trazer para a zona Leste uma qualidade melhor do viário, para mobilidade urbana, transporte sobre trilhos, sobre pneus, que, certamente, vai influenciar, com o prolongamento da Dr. Aristodemo Pinotti, que está parado há muito tempo. Eu faço uma sugestão ao Executivo – e o Prefeito, certamente, deve estar acompanhando: seria muito importante que pudéssemos estudar isso, aí, para o próximo ano. Que isso seja um tema para ser debatido nesta Casa. Eu diria que é muito importante.

Só para fazer essa analogia com a Marginal Pinheiros, acho que aquela região é importante. Que seja feito o prolongamento. Que sejam feitas as melhorias. Quem, de certa forma, fez o investimento, em um momento ou outro, vai ter retorno com esse investimento – que não seja agora, mas quando se for discutir o PIU daquela região. Todo PIU da cidade é muito importante. Certamente, vai chegar o momento de se debater e discutir. O tema será discutido novamente.

Portanto, na minha humilde opinião, não há prejuízo, melhor dizendo, neste momento, no que diz respeito à exclusão do artigo 1º, que gerou toda essa polêmica, agora, pela manhã. Tenho aqui, já, o texto da redação do que será votado. Já está escrito, aqui. Há os pontos que eu diria que são importantes.

Por exemplo, o artigo 1º acrescenta o artigo 155-A, que contém o seguinte parágrafo:

“§ 1º - Os sistemas de transporte coletivo de média e alta capacidade são caracterizados pelos seguintes modais:

I - Linhas de trem, metrô e monotrilho;

II - Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) e;

III - Veículos Leves sobre Pneus (VLP) elevadas.”

Esses modais são importantes, porque eu diria que é fundamental o sistema de transporte desta cidade, especialmente para se reduzir o trânsito da cidade, para se dar uma velocidade maior, para se dar qualidade de transporte para o usuário, para os trabalhadores e trabalhadoras que dependem única e exclusivamente do transporte público.

Vamos ao próximo:

“§2º - São consideradas áreas próximas dos sistemas de transporte coletivo de média e alta capacidade:

I - quadras internas às circunferências com raio de 400m (quatrocentos metros) centradas nas estações; e

II - quadras alcançadas pelas circunferências citadas na alínea anterior e internas às circunferências, centradas nos mesmos pontos, com raios de 600m (seiscentos metros).”

O artigo 2º altera o § 2º do artigo 124 da lei municipal que faz os ajustes e a sua redação passa a vir da seguinte forma:

“§2º A regularização prevista no caput poderá ser solicitada até o dia 31 de dezembro de 2023, retroagindo os seus efeitos conforme o caso, desde que respeitada a legislação em vigor.”

Ou seja, ajustou-se tudo. Então, em minha opinião, não há nenhum óbice em votar favoravelmente. Portanto, depois de tudo isso, depois de todas essas alterações, eu não vejo problema aqui e a Bancada...

O Sr. Arselino Tatto (PT) – V.Exa. permite um aparte?

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Concedo aparte ao meu colega, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O Sr. Arselino Tatto (PT) – Meu Líder, Vereador Senival Moura, eu moro naquela região há 60 anos.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Só?

O Sr. Arselino Tatto (PT) – Sim, só 60 anos. Aquela região só tem duas saídas. Você tem a Ponte do Socorro, que vai em direção à Capela do Socorro, e você tem aquela antiga Ponte da Avon, em Jurubatuba, cujo nome é Ponte Irmã Agostina, que eu denominei. Esse nome já existe há 10 anos.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Muito bem, parabéns.

O Sr. Arselino Tatto (PT) – A Prefeitura não teve a capacidade, ainda, de botar o nome dela. Coloca lá: “Ponte da Avon”. Que peste de Avon? Não tem nada a ver uma coisa com outra. Só que aquilo é um gargalo. Quem vem do Autódromo em direção ao Centro da Cidade, quando chega perto da vila Nicarágua, depois da Vila da Paz, acaba sendo uma pista só. Uma fica para os ônibus, o transporte coletivo e ali sempre fica um policiamento para multar. A indústria de multas do Governo atual, do Governo do PSDB, MDB, UNIÃO, a indústria de multa funciona muito na Cidade de São Paulo. Nunca se multou tanto como hoje. Nunca! Jamais em tempo algum...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite- UNIÃO) – Só na gestão do Haddad.

O Sr. Arselino Tatto (PT) – Eu não lhe dei um aparte, Sr. Presidente. Votei em V. Exa. para renovar a Casa, parece que não está adiantando nada, não.

Lá tem que fazer a duplicação daquela ponte. Sem derrubar aqueles arcos que são tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal. Tem que manter e fazer uma nova ponte, digamos assim, alargar aquilo lá. Porque é um sacrifício para todo mundo que sai de Parelheiros, do Grajaú, que passam por lá. Não tem outra saída. Ou vai pela Av. Atlântica que também é um inferno. Ninguém suporta mais aquilo. Também tem outra coisa, o celular não pega. Não tem antena. Apesar de termos feito uma CPI para investigar as antenas e obrigá-las a instalar as antenas na cidade de São Paulo, até agora não fez nada. Isso é inépcia desse atual Governo. Um Governo ruim, péssimo. O Giannazi acabou de falar do Editorial do Estadão. Deixou a nu a Prefeitura de São Paulo: é buraco, é lixo, é barata, camundongo, cobra, jabuti. Tem de tudo na cidade de São Paulo. Povo abandonado na rua, sem moradia digna, sem comida, sem água. Não pode tomar banho. Sem transporte digno, sem Educação. As creches abandonadas,

merenda ruim. Essa é que é a verdade. Mas o desenvolvimento daquela região é importante. Já que tirou essa questão do potencial construtivo que ia ajudar alguns, os mesmos, já que tirou é importante que a gente aprove esse projeto, sim. Sou favorável que aprove esse projeto e depois vamos ter que discutir na questão do PIU o que são aqueles terrenos na orla, o que aquilo lá. E nós precisamos fiscalizar para saber como ocorrerá essa licitação. Que o projeto é importante, é para o desenvolvimento para a região é. Acabar com aquele gargalo e com a indústria de multa que tem naquela região.

Por isso, meu líder, a não ser que V.Exa. mude de ideia, seguirei V.Exa. mas, na minha humilde opinião, o meu voto é favorável.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Ok. Muito obrigado nobre companheiro, Vereador Arselino Tatto, que trouxe informações daquela região, porque mora ali a 70 anos. Ele falou 60, mas são 70.

Concedo aparte ao nobre Vereador Adilson Amadeu.

O Sr. Adilson Amadeu (UNIÃO) – Nobre Vereador Arselino Tatto, Vereador Donato Deputado Estadual, eu fico deslumbrado, Major Palumbo - há 20 anos que estou aqui – sempre no final do ano, aparecem projetos superinteressantes. Projetos que se você desenhar com os maiores arquitetos do mundo, ainda assim, não vai conseguir deslumbrar.

Quando falam: olha vai ser importante para a zona Sul. Os projetos têm de ser importantes para a cidade de São Paulo. Agora, nobre Vereador Arselino Tatto, - meu presidente sempre Arselino Tatto – esse projeto mereceria, no dia de hoje, - Senador Suplicy – esse projeto que aí está que tiraram uma parte dele, mas não é o suficiente, Major Palumbo, precisava trazer aqui nobre Vereador Senival Moura, o Secovi. Com todas as empresas do Secovi, para cada um cinco minutos o que eles pretendem, a cidade de São Paulo. Será que o Secovi não quer bancar e comprar a cidade? Não são esses projetos, Arselino, que nós estamos preocupados aqui. O Secovi, os construtores, as grandes empresas, teriam que comprar o município de São Paulo.

Isso é uma brincadeira de mau gosto, isso é algo que faz mal para nós Vereadores, votar esse projeto. Nós temos que encerrar o dia de hoje, não celebrando mais nada. Se os Vereadores aqui não se debruçam para pegar esses crocodilos que estão no projeto, passa tudo, é que os Vereadores são dedicados e aí vem o Secretários querer explicar o inexplicável para a cidade de São Paulo. Parece que aqui está faltando oxigênio na cabeça de todo mundo. Nobre Vereador Senival, desculpe-me, Arselino Tatto, só para você ter uma ideia, a zona sul, que a sua família conhece bem aquele lado, só no trecho que começa na Berrini e vai até o Jardim São Norberto, são 18 mil infrações por dia, irá passar para 36 mil infrações por dia. A zona leste que começa na cidade Tiradentes, são 28 mil infrações por dia. Nós estamos falando, por dia, na cidade de São Paulo, média de 35 mil infrações.

As empresas não têm controle, o IPEM não tem controle em nenhuma parte de radar. Se hoje nós saímos aqui com os técnicos e fomos ver os radares de todas as avenidas da cidade nós vamos ver que está alterado seis quilômetros a mais. Então, é uma brincadeira.

Agora com projetos que chegam aqui sempre nessa ocasião de Natal e final do ano é uma brincadeira. Secovi e os senhores grandes construtores empreiteiros, gostaria de dar uma medalhinha para todos os senhores aqui na Câmara Municipal.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Ok, nobre Vereador Adilson Amadeu, só para voltar ao tema que estávamos falando que versa sobre o PL 608/2022, do Vereador Paulo Frange, então, da minha parte aqui estou encerrando a minha fala, reiterando aqui o compromisso, é importante para o desenvolvimento daquela região, especialmente para você ter uma mobilidade urbana com a qualidade melhor. Por essa e por outras razões recomendo o voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Próximo orador, Vereador Camilo está

no plenário? Não. Vê se está na copa ao lado, o Vereador Camilo. Vereador Rodrigo, quer falar? Eu vou pedir para os técnicos do plenário solicitar a mudança do ar-condicionado do plenário, por favor. Vereador Fabio Riva? Vereador George Hato vai falar? Vereador Palumbo quer falar? Pode ser contra, por favor, Vereador Palumbo, Major Palumbo, quer falar? Alguém pode assumir aqui por mim.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Bombeiro Major Palumbo.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – Srs. Vereadores, todos que acompanham a sessão plenária pela TV Câmara, nós tivemos nessa semana umas imagens terríveis aqui do centro da cidade de São Paulo. Nós tivemos usuários de drogas, moradores de rua atacando as viaturas da Polícia Militar com pedras, paus, simplesmente de modo gratuito, aplicando violência contra os policiais que estavam no local fazendo patrulhamento preventivo. Não havia nenhum tipo de ação que pudesse justificar isso, se é que há algo que o justifique.

É um absurdo ocorrer isso com a nossa polícia, que estava defendendo a sociedade na esquina da Rio Branco com a São João, ou com os nossos lojistas, e temos ali um polo difusor de comércio, próximo à Santa Ifigênia, com muitas pessoas, inclusive turistas. É um absurdo os policiais estarem ali, de colete, prestando atendimento e serem apedrejados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange- PTB) – Major Palumbo, depois temos que discorrer a respeito do tema do projeto.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – Sabemos que essas ações são muito difíceis e que temos que ter uma conscientização para que as nossas polícias, as nossas forças de segurança tenham, garantidas, as suas ações.

Obrigado, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange- PTB) – Tem a palavra, para discutir, o nobre

Vereador Fabio Riva, Líder do Governo.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, boa tarde. Primeiramente, quero cumprimentar os Vereadores presentes que ontem, na cerimônia do Tribunal Regional Eleitoral, foram diplomados como Deputados estaduais e federais: Vereadores Antonio Donato e Eduardo Suplicy, Delegado Palumbo, Juliana Cardoso e outros. Enfim, cumprimento todos os Vereadores que irão representar o povo tanto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como também em Brasília, na Câmara dos Deputados. Acho que a experiência e o trabalho desenvolvido pelos Pares na cidade de São Paulo estende-se, notadamente, para o Estado e para o Brasil.

Sobre o PL 608, na forma original, apresentado pelo Vereador Paulo Frange, e com o substitutivo apresentado pelo Executivo no que tange ao prolongamento da Marginal Pinheiros, muitos neste Plenário já debateram acerca da sua importância, enfatizando que o projeto e o substitutivo passaram por duas audiências públicas. Tivemos a participação do Secretário de Urbanismo e o Presidente da SP Urbanismo, mostrando a importância dessa obra para a zona Sul da Cidade.

Sou da região Noroeste, frequento muito pouco a zona Sul da cidade de São Paulo. Mas, conversando com alguns Vereadores e moradores daquela região, notei que ficaram bastante contentes com esse prolongamento da Marginal Pinheiros, que, na verdade, é um novo projeto viário básico entre a Avenida Guido Caloi e a Ponte Vitorino Goulart. Fizemos e já apresentamos um substitutivo, com a aquiescência da grande maioria dos Vereadores e Vereadoras que tinham preocupação acerca da mudança de zoneamento de Zepam para uma Zona de Eixo de Estruturação Urbana e Transformação Metropolitana. Sem dúvida alguma, os terrenos e imóveis lindeiros serão objeto de um estudo mais aprofundado, inclusive por esta Casa, no momento oportuno da revisão do Plano Diretor ou eventualmente quando da discussão do PIU Jurubatuba.

Trata-se de um avanço. Acho que vale sempre o bom diálogo, ouvindo-se as

sugestões e críticas; e o texto suprimiu uma parte que dizia acerca do zoneamento, principalmente em relação ao coeficiente de aproveitamento, gabarito de altura, que vai ficar para um segundo momento, como já foi explicado neste Plenário pelo Vereador Paulo Frange e outros Vereadores.

Então, entendo que o projeto bastante está maduro, para ser votado nesta tarde e, com certeza, fará uma mudança importante para aquela região da zona Sul da cidade de São Paulo.

Com certeza, uma nova marginal traz desenvolvimento, melhora a questão do ir e vir do trabalhador, com a questão do transporte público. É o jogo do ganha-ganha; mas sempre os projetos aqui merecem, carecem e são debatidos e aprimorados e esse não foi diferente.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, para encerrar, salvo engano, já com o protocolo do substitutivo apresentado e com a assinatura regimental, encerro aqui falando da importância e parabenizando também o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Secretário Fabricio Cobra e de toda a equipe da SP Urbanismo, que também se debruçou, mas mais pela iniciativa também do Vereador Paulo Frange, que conduziu as audiências públicas, como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o Vereador Rodrigo Goulart e os Vereadores da Comissão de Política Urbana, de quem eu os conheço, pela importância e pela capacidade, porque fiz parte dessa comissão, por três anos consecutivos, e há dois anos estou na Comissão de Saúde, mas sei da importância do debate desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a presidência o Sr. André Santos.

O SR. PRESIDENTE (André Santos - REPUBLICANOS) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – Sr. Presidente e Srs. Vereadores, o projeto atual que estamos debatendo agora tem relação ao projeto original apenas a mudança que envolve as discussões dos potenciais de construção nas áreas envoltórias, nos coeficientes de aproveitamento, no gabarito etc., ficando, única e exclusivamente agora, o desenho, para que possamos, entre a Guido Calói e Vitorino Goulart, nessa área de oito quilômetros de extensão, oportunizar a construção da pista direita da Marginal Pinheiros.

Ou seja, o que nós estamos votando aqui agora é uma mudança no zoneamento dessa área, permitindo a construção da pista Marginal Pinheiros nesses oito quilômetros. Esse assunto é muito antigo. Lembro-me aqui, em 2001, quando o pai do Vereador Rodrigo Goulart, ainda Antonio Goulart, tentou apresentar um projeto de lei para tratar desse assunto, e esse assunto recorrentemente vem aqui, trazido por Vereadores que atuam diretamente na região do extremo Sul da cidade, inclusive os Vereadores Tatto, Antonio Donato, Rodrigo Goulart e Milton Leite, que atuam naquela região. Lembro-me de alguns aqui agora, mas é uma cobrança muito grande, e para nós é muito importante que haja oportunidade, porque, junto com a Marginal, vai haver também a expansão do VLP. Veículo Leve sobre Pneus, veículos que circularão, de forma suspensa, VLS, e a oportunidade de haver estações lincadas com aquele território de trem, trazendo um grande avanço para aquela área.

É lógico que, com o Plano Diretor chegando aqui em março, nós vamos ter oportunidade também de rever os pontos críticos que envolvem o zoneamento na região. Lembro-me de que, a partir do momento em que houver qualquer um desse sistema de transporte de massa ativado, ou seja, dinheiro empenhado numa obra e início de obra autorizado, vamos ativar os eixos da região. Ativando os eixos, naturalmente nós vamos também mudar os potenciais construtivos. Nós precisamos, ao longo dessa marginal, de edificações de Habitação de Interesse Social, de habitações que não sejam de interesse social, empresas, prédios hospitalares e hotéis.

É uma área muito nobre na cidade de São Paulo, e nós estávamos devendo isso há muitos anos. Uma vez autorizada, com certeza o projeto executivo e o processo licitatório, bem

como o início dessa obra, se nada acontecer, teremos a oportunidade já em 2023 ver o início dessa obra, trazendo mudança na paisagem daquela região, mais empregabilidade na região, pois são obras de grande porte. São obras que demandam mão de obra muito grande de construção de infraestrutura, lembrando que vamos cruzar algumas zonas de proteção ambiental.

Não podemos deixar de citar, aqui, que o Código Florestal Brasileiro é muito claro com relação a esses viários, como, no caso, o Marginal, como rodovias que, desde esse Código Florestal, temos oportunidade de cruzar cidades e cruzar áreas, tidas como áreas de preservação ambiental, pelo baixo impacto ambiental que provocam, e pelos critérios que temos, hoje, de licenciamento ambiental para esse sistema de mobilidade, quer seja sobre trilhos, quer seja sobre rodas.

O importante é que, atualmente, já temos isso na cidade de São Paulo. Vocês lembram do início de obras do Rodoanel Norte. Não aprovamos praticamente nada, na Casa, que pudesse permitir ou não permitir, apenas cobramos os parques lineares, que eram 13 junto à região da Cantareira.

No caso da zona Sul também. Fizemos aprovações, não mudamos os zoneamentos, mas colocamos travas, para que pudéssemos não deixar de priorizar o meio ambiente com o impacto daquela obra na zona Sul.

Essa é uma obra que vem sendo sonhada por muitos anos e não temos dúvida nenhuma que ela trará benefícios.

Outra situação, Vereador Fabio Riva, é repetir, mais uma vez, o artigo que está contemplado nessa lei que trata de outra matéria, que é a possibilidade de regularização das indústrias que tiveram essa oportunidade, em 2016, e ganharam dois anos para buscar regularizar os seus imóveis, tornando-os conforme o zoneamento. Isso porque lá estavam, há décadas, nós prorrogamos para 31 de março do ano que vem, desde que elas estivessem instaladas até 31 de julho de 2014. Portanto, não há a menor chance da figura da Dark Kitchen buscar, nessa lei, qualquer tipo de amparo. Nenhuma chance, até porque em 2014 ninguém

falava nisso e isso não existia na literatura brasileira, essa palavra sequer aparecia por aqui.

É só isso, Presidente. Acho que é um passo importante para o extremo sul da cidade de São Paulo e, com certeza, vamos ter a oportunidade de ver essa obra iniciando no ano de 2023. Muito obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Delegado Palumbo.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - Presidente, muito obrigado. Boa tarde a todos que nos acompanham.

Serei breve, vou aproveitar o gancho aqui do meu xará Palumbo e falar que o que está acontecendo aqui, no Centro de São Paulo, é uma vergonha. E o Prefeito Ricardo Nunes, sabiamente, está tentando colocar câmeras de segurança, com monitoramento.

Esse exemplo já tivemos em outras cidades, como São José dos Campos, o Prefeito Anderson e o Secretário Municipal Bruno; em Indaiatuba.

Onde a cidade é monitorada, inclusive, pela Guarda Civil Metropolitana, cai drasticamente os índices criminais.

Você não entra numa cidade como São José dos Campos, com seu carro, sem que seu veículo seja monitorado. E isso quem vai ganhar é a população de bem; são aquelas pessoas que não aguentam mais ser roubadas, furtadas, serem vítimas de crimes.

Então, Prefeito Ricardo Nunes, faço um apelo para que essa licitação seja retomada o mais rápido possível, para que a Cidade, principalmente o Centro, seja monitorado com câmeras. Isso vai ser bom para todo mundo, para todas as classes, para todo mundo que frequenta a área central, porque não é possível vermos as cenas que temos visto diariamente de bandidos atacando a polícia. São bandidos atacando a polícia. Eu sou favorável até que a

Tropa de Choque vá lá descer a cacetada mesmo, porque quem atira objetos na polícia é bandido, e o Choque foi criado para isso. Muita gente fala do cassetete e condena o seu uso, mas o ele não é objetivo sexual, não, e foi feito para descer a marretada em quem atira tijolos e morteiros com 12 tiros na polícia e, por isso, tem mais é que tomar um cacete.

Prefeito Ricardo Nunes, faço um apelo a V.Exa.: essa licitação tem que sair o mais rápido possível para o bem da cidade de São Paulo, em especial da área central.

Peço também ao Sr. Presidente desta Casa que este meu discurso seja anexado ao processo de licitação para que todos saibam sobre as nossas reivindicações. Eu sou da área de segurança, assim como o xará, Vereador Bombeiro Major Palumbo, e eu acho que quem vai ganhar com isso é a população de São Paulo, porque ninguém aguenta mais e ninguém mais consegue andar no Centro de São Paulo com tranquilidade. Isso é uma vergonha para todos nós representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – Boa tarde a todas e a todos. Hoje discutimos o PL que prorroga que o prazo de regularização das indústrias, como também o prolongamento da margem direita da Marginal Pinheiros.

Um breve resumo do histórico desse projeto – muito conhecido pelos meus dois mandatos como vereador e também pelos cinco mandatos de vereador do meu pai nesta Casa e também como deputado federal –, ainda da época de TID, e os antigos funcionários desta Casa vão lembrar, para mostrar quão antiga é essa luta.

O primeiro documento que eu tenho é a Emenda nº 81 ao PL 154/2001 para a LDO de 2002 – são, portanto, mais de 20 anos de discussão –, que especificava a prioridade na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2002, como otimização do sistema viário da zona Sul para seguintes obras necessárias: o prolongamento da Marginal Pinheiros até a Ponte

Interlagos, na época, e a construção de ponte sobre o Rio Pinheiros, no Jardim Quarto Centenário, outra prioridade que hoje já é uma realidade em nossa região e que leva o nome do meu avô, Vitorino Goulart, que é uma das referências para esse projeto que se inicia na região da Ponte Transamérica até a Ponte a Ponte Vitorino Goulart.

Agora, no ano de 2022, repete-se uma emenda ao Orçamento; as duas de autoria do então Vereador Antonio Goulart. Em um documento também de 2010, o então Prefeito Gilberto Kassab comunica que aqueles documentos anteriores, aquelas emendas ao Orçamento de 2001 e 2002 originaram o projeto básico ao longo do canal Pinheiros, marginal Oeste, finalizado em 2002.

Também há muitos outros documentos, até que, em 2017, um documento – já do meu primeiro mandato como vereador – cobra que as intervenções adicionais da Operação Consorciada Urbana Arco Jurubatuba incluam no projeto, em 2018, o PIU Jurubatuba, esse importante prolongamento da margem direita da Marginal Pinheiros. Com certeza, uma obra supernecessária que vai estender a margem direita da Marginal, da Ponte Transamérica até a Ponte Vitorino Goulart. Só quem mora nessa região sabe do sofrimento que era até há alguns anos atrás, porque havia apenas duas ligações, a Ponte do Socorro e a Ponte Interlagos. Inclusive me causou bastante estranheza o fato de alguns colegas que me antecederam não terem citado a terceira ligação que existe nessa região, a Ponte Vitorino Goulart, um grande avanço de mobilidade na nossa região. Com certeza, essa será uma outra grande intervenção na mobilidade urbana dessa região, que diminuirá e muito – acredito até que vá praticamente zerar – esse grande sofrimento que temos para fazer essas ligações.

Então, gostaria de parabenizar o Prefeito Ricardo Nunes pela intenção da construção dessa Marginal e também a todos os Vereadores que estão apoiando a realização e aprovação deste projeto lembrando da nossa importante luta.

Não por acaso temos a ligação até a Ponte Vitorino Goulart para que possamos transformar a realidade dessa região não só com esse projeto, não só que a construção da Marginal, como também a realização do PIU Jurubatuba em sua totalidade e também a

construção de outras ligações viárias na nossa região, como a Ponte Graúna Gaivotas. Esses são alguns dos compromissos que temos nesta Casa e também com o Prefeito Ricardo Nunes.

Declaro já o meu voto favorável ao projeto em questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos. Está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa substitutivo, que será lido.

- É lido o seguinte: (Substitutivo da liderança do Governo ao PL 608/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Suspenderei a sessão para a realização da reunião conjunta das Comissões referente ao substitutivo apresentado ao PL 608/22: Comissões de Constituição, Justiça e Legislação Participativa; Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Finanças e Orçamento.

Solicito ao Vereador Paulo Frange que conduza a reunião conjunta das Comissões.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Reaberta a sessão.

Há sobre a mesa parecer que será lido.

Solicito ao Líder do Governo Vereador Fábio Riva que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: *(parecer conjunto ao substitutivo PL 608/2022)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lido o parecer. Suspendo os trabalhos por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Reabertos os trabalhos. Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Vereador João Jorge.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Antes do encaminhamento de votação pelo Vereador João Jorge, quero alertar os Srs. e as Sras. Vereadoras que o projeto em tela, PL 608/2022, do Vereador Paulo Frange, com substitutivo do Governo e parecer ora lidos, demanda quórum qualificado.

Peço e rogo a atenção dos Srs. e das Sras. Vereadoras, porque em instantes, após o encaminhamento de votação do Vereador João Jorge, faremos a votação nominal. Por isso peço a atenção, principalmente daqueles que se encontram de forma *on-line*, porque a votação é nominal e o quórum é qualificado.

Apenas esse alerta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É justo o alerta. Lembrando as Sras. e os Srs. Vereadores que, logo após o encaminhamento de votação, será feito por votação nominal e quórum qualificado.

Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Vereador João Jorge.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – Obrigado, Presidente Milton Leite.

Trata-se de matéria extremamente importante para a cidade de São Paulo, extremamente importante para a zona Sul da cidade de São Paulo e extremamente importante para a mobilidade, trânsito e transporte na cidade de São Paulo.

O prolongamento da Marginal Pinheiros, é óbvio, não tenha dúvida de que vai atender, hoje, a segunda maior região populosa da cidade, muito perto da zona Leste, que tem mais de 4 milhões de habitantes e, a zona Sul, mais de três milhões. A zona Sul do Presidente Milton Leite, zona Sul do Vereador Arselino Tatto, que discursou há pouco.

Obviamente, eu quero fazer umas comparações, rapidamente, sobre algumas questões que o Vereador do PT Arselino Tatto, que ajudava a administrar a cidade com o ex-Prefeito Haddad, cujo mandato se findou em 2016.

O Prefeito Ricardo Nunes, nessa área da mobilidade, quero cantar os parabéns para o Prefeito, porque é uma área que eu gosto e que eu trabalho. Eu luto por mobilidade urbana e o pessoal da zona Sul, como disse o próprio Vereador Arselino Tatto aqui, está muito esperançoso, animado e ansioso por essa obra, que será realizada pelo Prefeito Ricardo Nunes, e que não foi realizada em outros governos do PT, principalmente.

Vereador Arselino Tatto, do PT, o senhor que criticou duramente a administração do Prefeito Ricardo Nunes agora e acho que o senhor foi, no mínimo, injusto. Veja, eu sou da zona Leste, com 4 milhões de habitantes. O Prefeito Ricardo Nunes já iniciou o processo licitatório para construção de BRT, como existe em Curitiba, que é um modelo de transporte público; como existe na Colômbia o Transmilenio e em outros países mais avançados do mundo. É aquele modelo em que os ônibus trafegam pelo centro da pista, há estações, os ônibus são articulados, biarticulados, maravilhosos, com investimento de 1,2 bilhão de reais, em parceria inclusive com o governo do estado, também criticado pelo Vereador do PT.

Da área das ciclovias, eu posso fazer um pouco de comparação. Vereador Arselino

Tatto, que criticou duramente essa administração, o senhor se lembra de como eram as ciclovias do Governo Haddad? Um horror, um horror, um escândalo. O Bruno Covas dizia...

- Manifestação simultânea.

- Manifestação antirregimental.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – Não pode, estamos no encaminhamento de discussão. Já encerrou a discussão. Já encerrou a discussão.

- Manifestação antirregimental.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – O senhor fez a sua fala, agora eu tenho a minha. O senhor que ajudou o Prefeito Haddad a administrar a cidade e que acabou a gestão como o prefeito mais mal avaliado da cidade de São Paulo, um horror. A administração do Haddad foi um desastre, tanto que o Haddad, para ocupar cargo público agora, precisa ser nomeado porque disputar eleição é impossível, porque ele não ganha nada, ele foi um horror. Não dá nem para comparar com o que o Ricardo Nunes estava fazendo aqui.

Em matéria de mobilidade urbana, compare as ciclovias feitas pelo Bruno Covas e, hoje, pelo Ricardo Nunes com as horrorosas ciclovias que foram feitas pelo Haddad. Vou dar mais um exemplo, falando de mobilidade urbana: tapa-buraco na época do Haddad, que o senhor defendia. Cento e vinte e um dias, quatro meses para tapar um buraco na cidade de São Paulo, quatro meses. Hoje, o máximo para tapar um buraco na cidade de São Paulo: sete dias, no máximo; e se for em avenidas, 24 horas. Isso para não falar do rombo de sete bilhões de reais que o Governo Haddad, do PT, deixou para a Cidade.

Para encerrar, para não me alongar muito, vou falar de creches. Os senhores sabiam, o senhor que criticou a administração... Vereador Donato, o senhor não estava presente, mas

Vereador Arselino Tatto foi muito injusto com o Ricardo Nunes, criticou duramente, injustamente. E eu estou fazendo só algumas comparações da época do Governo Haddad, apoiado pelo Arselino Tatto. Para encerrar, 2016, além do rombo de sete bilhões, o Haddad deixou um saldo de vagas em creches, um buraco de 136 mil vagas. Sabe quantas vagas na fila de creches hoje, Vereador Arselino Tatto, graças aos Prefeitos Bruno Covas e Ricardo Nunes? Zero, não há mais fila em creche.

Esta é a comparação do desastroso Governo Haddad com o excelente Governo do Ricardo Nunes na cidade tem feito na cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, esse menino, esse Vereador que me antecedeu, com todo respeito, falou muita besteira, muitas impropriedades.

Primeiro, ponha-se no seu lugar. Trinta anos de Governo no Estado de São Paulo, vocês não conseguem... Vem aqui falar de transportes? Desde a Copa do Brasil aqui, aquele que teve aqui no Brasil, vocês falaram que iam fazer o metrô no Morumbi, em Congonhas. É uma vergonha.

Vocês falaram que iam acabar com a Cracolândia. Vocês acabaram, sim; vocês tiraram lá da Praça Princesa Isabel e espalharam pela Cidade toda. Vocês são muito ruins de serviço, muito ruins de serviço!

A fome na cidade de São Paulo. Ande! Deixe de ser “coxinha” e comece a andar na periferia da Cidade. Em toda praça tem gente dormindo na chuva, no vento, no sereno, no sol. Tem gente sem roupa, sem lugar para tomar banho. Tem gente sem comida.

Tem coragem de vir falar mal da gestão do PT? Se liga, se liga. Não dá, não; O Povo

deu “tchau” para vocês, deu “tchau” para o Governo do Estado, deu “tchau” e já está dando um “tchau” no Brasil há muito tempo. Infelizmente, essa é que é a realidade.

Vocês, como partido, acabaram, acabaram com este País. Lula agora vai recuperar, vai reconstruir, o povo vai parar de passar fome, vai ter emprego, vai ter dignidade. E V.Exa. não teve coragem de entrar no objeto do projeto. Esse projeto é bom, desde que tire a questão do potencial construtivo, porque aí ajuda alguns, os mesmos, aqueles com que V.Exa. sempre dialoga. Aqui nós queremos é melhoria para a zona Sul, por isso eu voto favorável.

Agora, no dia em que o senhor quiser debater comigo 15 horas sobre os problemas da Cidade e do Estado, pode vir, porque de ciclovias vocês não entendem é nada; de transporte coletivo, nada; de trem, metrô, nada. Cadê o metrô para Jardim Ângela? Cadê o metrô para Parelheiros? Cadê o metrô para Vila Natal? Cadê? Cadê?

Vocês governam para o setor da sociedade de Higienópolis, Moema, Perdizes. Essa é a regiãozinha de vocês. É a turma do Doria, que o povo varreu. Se Deus quiser não voltarão mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhamento de votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Só para saber, o projeto é encaminhamento de votação o seu projeto é Marginal.

Só para saber às senhoras e senhores Vereadores, quero lembrar que o projeto versa sobre a Marginal Pinheiros, mudança de zoneamento. Eu não vi a defesa da tese da mudança de zoneamento. É importante que nos atenhamos ao tema proposto.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, quero dizer primeiro sobre esse projeto que é visível que houve recuo por parte do Governo. É uma mudança importante no projeto, por parte da Prefeitura.

Muito foi dito, de várias formas pelos meus Colegas Vereadores, de uma questão que é evidente sobre esse projeto. Existem interesses privados que tentam se sobrepor, isso é absoluta prioridade da política pública, aqui nesse projeto da extensão da Marginal Pinheiros. O interesse privado é evidente para a aquela região.

A habitação social para a população de baixa renda não está sendo prioridade, o escoamento do trânsito da população da zona Sul até a Marginal Pinheiros não está sendo prioridade, a democratização da habitação em regiões de grandes avenidas que é onde deve ter habitação de interesse social não está sendo prioridade.

O que está sendo prioridade são alguns interesses de meia dúzia aqui que vão conseguir lucrar bastante com a ampliação da via naquela região.

Apesar de ter tido uma melhoria no projeto, relativo às regras das construções nas intermediações dessa Marginal, há um problema de fundo do coração desse projeto que é o seguinte: ele está tratando sobre um perímetro que está em disputa judicial. O PIU Jurubatuba está *sob judice*. O PIU Jurubatuba está sendo, neste momento, tratado no STJ.

A Prefeitura da cidade de São Paulo foi ao STF, na quinta-feira passada, para tentar desenterrar, para fazer andar o PIU Jurubatuba, mas não conseguiu ainda. Nós corremos o risco de, mais uma vez, votar um projeto aqui nesta Casa para ele ser derrubado na Justiça. Qual é o sentido disso?

Eu falo sobre o assunto com muito aperto no coração, esse problema central, de fundo, é o que motiva o voto “não” do PSOL, porque nós temos muita responsabilidade com a pauta da extensão da Marginal, sentido zona Sul. A pauta é muito importante. Nós temos responsabilidade com um pedido histórico da população da zona Sul de São Paulo que é ter

grandes vias para saída, em especial, do Grajaú.

Todos que moraram no Grajaú sabem o que é pegar uma Avenida Belmira Marin lotada, uma Avenida Teotônio Vilela lotada, principalmente quem está no ônibus. Antes da instalação das faixas de ônibus era um horror completo.

Nós temos responsabilidade com a necessidade de ter uma grande via ali. Se nós conseguirmos fazer o alargamento da via entre a Ponte Transamérica e a Ponte do Goulart, que seria algo gigante na região, um grande ganho para a região. Nós somos favoráveis a isso. Só que não queremos votar esse projeto de forma frágil juridicamente. Isso aí pode cair.

Uma pauta tão importante para a população da zona Sul de São Paulo, não pode correr o risco de cair na Justiça. Nós temos de votar de forma responsável. Qual é a diferença? Qual é a grande pressa? Nós podemos votar isso no Plano Diretor em 2023, com mais segurança, maior responsabilidade, com a garantia de que o projeto não vá cair na Justiça, com a garantia da participação dos movimentos de habitação popular que vão querer, obviamente, e vai ser necessário, aproveitar as melhorias que serão feitas do ponto de vista de infraestrutura para conseguir fazer moradias para as pessoas poderem pagar.

Costuma acontecer que o Poder Público faz uma melhoria de infraestrutura, isso faz com que aumente o preço na região, tem um metrô, tem uma grande via, tem o VLT, aumenta o preço da região, porque se melhora a infraestrutura, uma obra de ponte, de drenagem, melhora a região. Em seguida, vem o setor privado e consegue colocar habitações caríssimas, não habitação que a população consegue comprar perto de uma boa infraestrutura.

Infelizmente, o que eu estou vendo é que mais uma vez esse caminho estará sendo feito: mais uma melhoria de infraestrutura para que um grande conglomerado imobiliário, privado consiga se apossar daquele lugar e vender moradias caras.

Dessa forma, nosso voto é “não”, porque nós temos responsabilidade especial com a pauta viária, ali, que é do prolongamento da Marginal Pinheiros, da Ponte Transamérica até a Ponte do Goulart. Não aceitamos que uma obra importante como essa, que uma pauta histórica

da região da zona Sul, importante como essa, seja tratada de qualquer forma, com fragilidade jurídica, e possa cair, infelizmente, na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – Boa tarde a todas e a todos. Mais uma vez, reafirmo e encaminho o voto, agora, da Bancada do PSD e do bloco com o PSC.

Ouvi algumas manifestações, mas é muito importante deixarmos muito claro que é uma grande obra de mobilidade do Sul da zona Sul de São Paulo. Essa ligação, o prolongamento da margem direita da Marginal, assim como eu disse, é uma luta histórica de todos os nossos mandatos há mais de 20 anos.

Além da questão que é a mais fundamental, que é a questão da mobilidade urbana, esse projeto vem com uma grande preocupação também na questão ambiental. Há uma discussão muito grande sobre a questão ambiental, dizendo-se que é o último trecho do Canal Jurubatuba em que há ainda alguma preservação ambiental, e esse projeto vem, também, com essa preocupação, na questão da preservação, com a criação de um parque linear nessa Nova Marginal, desse lado da margem direita da Marginal Pinheiros. Ademais, está prevista no PIU Jurubatuba a criação do Parque Linear Jurubatuba, um grande parque linear por todo o canteiro central da Avenida Nações Unidas e da Avenida Miguel Yunes, além de um projeto de minha autoria que incorpora o Parque Linear Jurubatuba, o Aterro de Jurubatuba e o Parque Telefunken. Então, há, também, além dessa prioridade, da questão da mobilidade urbana, essa preocupação com o meio ambiente, com a preservação ambiental, nesse trecho, ali, no trecho final do Canal Jurubatuba. Por esse motivo, também, há o voto favorável da Bancada do PSD e da Bancada do Bloco PSD/PSC.

Era isso, Sr. Presidente. Encaminho o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos, para encaminhar. Encerrado o processo de encaminhamento de votação, passaremos ao processo de votação.

A votos o PL 608/22, na forma do substitutivo do Líder do Governo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, a pedido do Vereador Rodrigo Goulart, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhado voto “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, já que a ponte é do Vereador Rodrigo Goulart, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, sob

a orientação do meu líder Sansão Pereira, voto “sim”.

O SR. DANIEL ANNENBERG (PSB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente,
tendo em vista os entendimentos havidos com a liderança do PT, sobretudo, com os Srs.
Vereadores que moram na região Sul, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (*Milton Leite – UNIÃO) – Em votação nominal, quórum
qualificado.

Peço que manifeste o voto imagem ou voz. A nobre Vereadora Juliana precisa votar, nominalmente. Não vi se ela está aqui. Ah, desculpe Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, contra cheque em branco para a Administração voto “não”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”, graças a esse Prefeito maravilhoso...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Votaram “sim” 44 Srs. Vereadores; “não”, 06 Srs. Vereadores. Está aprovado. Vai à sanção.

Sras. e Srs. Vereadores, essa Presidência, considerado o horário de 14hs45, teremos que abrir a Sessão Ordinária, considerando que não há tempo, indago se há, neste momento, até às 15h00, se houver necessidade de comunicado de liderança façamos neste momento. Às 15h00 encerrarei a sessão para abertura da Sessão Ordinária, então vou abrir para três comunicados de liderança, que é o tempo que eu tenho.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Rubinho Nunes.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - (Pela ordem) – Eu gostaria apenas de indagar se serão votados os projetos de Vereadores?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Precisamos construir ainda, estamos tendo alguma dificuldade política, por enquanto, uma intersecção única é o Orçamento, o próximo, os demais estamos encontrando séries dificuldades políticas. É o Orçamento e encerramos.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – É para aproveitar que já estamos terminando o ano, um feliz Natal, um bom ano novo a todos, aos funcionários dessa Casa, TV Câmara, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar, aos servidores que nos tratam tão bem, que deixam os gabinetes limpinhos, certinhos, Feliz Ano Novo, um ano maravilhoso, todo ano é a mesma coisa, impressionante muito parecido, mas muita saúde paz e felicidade.